

DMCard Participações S.A.

CNPJ/MF nº 45.586.447/0001-22 - NIRE 35.300.590.589

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de junho de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada, no dia 21 de junho de 2024, às 10:00 horas, na sede social da **DMCard Participações S.A.**, localizada na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Avenida Cassiano Ricardo, nº 521, sala 12, bloco 2, Parque Residencial Aquarius, CEP 12.246-870 ("Companhia").

2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de acionistas titulares de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.").

3. Composição da Mesa: Denis César Correia – Presidente; Tharik Camocardi de Moura – Secretário.

4. Ordem do Dia: Deliberar sobre: **(i)** o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 115.000.000,00 (cento e quinze milhões de reais), mediante a emissão de 3.189.917 (três milhões, cento e oitenta e nove mil, novecentas e dezessete) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, com a destinação de (a) R\$ 92.436.488,46 (noventa e dois milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e quarenta e seis centavos) à reserva de capital da Companhia, e (b) R\$ 22.563.511,54 (vinte e dois milhões, quinhentos e sessenta e três mil, quinhentos e onze reais e cinquenta e quatro centavos) à conta do capital social da Companhia, de forma que o capital social da Companhia será aumentado de R\$ 216.756.833,21 (duzentos e dezesseis milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e trinta e três reais e vinte e um centavos) para 239.320.344,75 (duzentos e trinta e nove milhões, trezentos e vinte mil, trezentos e quarenta e quatro reais e setenta e cinco centavos); **(ii)** a alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento de capital objeto do item "i" acima; **(iii)** a alteração da composição do Conselho de Administração da Companhia, para que passe a ser composto por 5 (cinco) membros, com a consequente alteração do Artigo 13 do Estatuto Social da Companhia; **(iv)** a eleição dos Srs. **Heverton Pessoa de Melo Peixoto** e **Juan Pablo Garcia Agudo** ao cargo de membros do Conselho de Administração da Companhia, bem como a reeleição dos atuais membros, os Srs. **Denis César Correia**, **Moisés Alves de Souza** e **José Luis Pano**; e **(v)** a reformulação e consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as deliberações que venham a ser aprovadas.

5. Deliberações: Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas titulares de ações representando a totalidade do capital social da Companhia decidiram, por unanimidade e sem ressalvas resolveram: **(i)** Aprovar o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 115.000.000,00 (cento e quinze milhões de reais), mediante a emissão de 3.189.917 (três milhões, cento e oitenta e nove mil, novecentas e dezessete) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 36,05 (trinta e seis reais e cinco centavos) cada, fixado com base no inciso I do parágrafo 1º do artigo 170, da Lei das S.A., com a destinação de (a) R\$ 92.436.488,46 (noventa e dois milhões, quinhentos e sessenta e três mil, quinhentos e onze reais e cinquenta e quatro centavos) à conta do capital social da Companhia, de forma que o capital social da Companhia será aumentado dos atuais R\$ 216.756.833,21 (duzentos e dezesseis milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e trinta e três reais e vinte e um centavos), dividido em 61.910.425 (sessenta e um milhões, novecentas e dez mil, quatrocentas e vinte e cinco), sendo 46.059.824 (quarenta e seis milhões, cinquenta e nove mil, oitocentas e vinte e cinco) ações ordinárias e 15.850.601 (quinze milhões, oitocentas e cinquenta e uma) ações preferenciais, **para** R\$ 239.320.344,75 (duzentos e trinta e nove milhões, trezentos e vinte mil, trezentos e quarenta e quatro reais e setenta e cinco centavos), passando a ser dividido em 65.100.342 (sessenta e cinco milhões, cem mil, trezentas e quarenta e duas) ações ordinárias e duas ações nominativas e sem valor nominal, de R\$ 46.059.824 (quarenta e seis milhões, cinquenta e nove mil, oitocentas e vinte e cinco) ações ordinárias e 19.040.518 (dezenove milhões, quarenta mil, quinhentas e dezoito) são ações preferenciais.

(iii) Aprovar a alteração da composição do Conselho de Administração da Companhia, que deixará de ser composto por 3 (três) membros e passará a ser composto por 5 (cinco) membros, todos com mandato unificado de 2 (dois) anos. **(iv)** Em decorrência da alteração da composição do Conselho de Administração da Companhia aprovada nos termos do Item "iii", os acionistas, por unanimidade e sem ressalvas, aprovaram a alteração do caput do Artigo 13 do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: **"Artigo 13. O Conselho de Administração da Companhia será composto por 5 (cinco) membros ("Conselheiros"), acionistas ou não, eleitos para cumprir mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, e destituíveis pelo Assembleia Geral a qualquer tempo."**

(v) Aprovar a eleição de novos membros do Conselho de Administração da Companhia, bem como reeleição dos atuais membros, todos com mandato unificado de 2 (dois) anos a contar da presente data, conforme a seguir: **(a)** **Denis César Correia**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.446.916-8, expedida pela SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 103.540.518-06, residente e domiciliado na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Alameda Menotti Del Picchia, nº 40, Urbanova, CEP 12244-541, reeleito para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, conforme indicado pelos acionistas Denis César Correia, Juan Pablo Garcia Agudo e WBBS Holding Ltda., nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia; **(b)** **Moisés Alves de Souza**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 14046987 (SSP/SP) e inscrito no CPF/MF sob o nº 073.513.678-50, residente e domiciliado na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Rua dos Jatobás, nº 61, Residencial Aruá Lagos, CEP 08771-342, reeleito para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, conforme indicado pelos acionistas Denis César Correia, Juan Pablo Garcia Agudo e WBBS Holding Ltda., nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia; **(c)** **José Luis Pano**, argentino, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RNE nº V217456-0 e inscrito no CPF/MF sob o nº 216.099.118-06, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, Jardim Paulistano, CEP 01452-000, reeleito para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, conforme indicado pelos acionistas Vinci Impacto e Retorno IV – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Vinci Impacto e Retorno IV Master P – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia; **(d)** **Heverton Pessoa de Melo Peixoto**, brasileiro, casado, gestor de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.759.913-SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 986.434.361-00, domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida São Gabriel, nº 555, 5º andar, CEP 01435-001, eleito para o cargo de membro do Conselho de Administração, conforme indicado pela OMNI S/A Crédito Financiamento e Investimento, que passará a integrar o quadro acionário da Companhia mediante a subscrição e integralização do aumento aprovado no item "i" acima, nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia; **(e)** **Juan Pablo Garcia Agudo**, brasileiro naturalizado, divorciado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.486.850-3, expedida pela SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 089.123.768-29, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Gabriel Monteiro da Silva, nº 1416, apto. 51, Jardim América, CEP 01442-000, eleito para o cargo de membro do Conselho de Administração, conforme indicado pelos acionistas Denis César Correia, Juan Pablo Garcia Agudo e WBBS Holding Ltda., nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia. **(vi)** Os membros do Conselho de Administração da Companhia ora eleitos tomarão posse em seus respectivos cargos mediante a assinatura dos termos de Posse lavrados em livro próprio, na forma do Anexo II à presente ata. Os Conselheiros ora eleitos declararam que atendem às disposições do artigo 147 da Lei das S.A., não estando impedidos por lei especial para o exercício da atividade empresarial, bem como não terem sido condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do art. 147 da Lei das S.A. **(vii)** Aprovar a reformulação e consolidação do Estatuto Social da Companhia, de forma a refletir as deliberações aprovadas acima, o qual passa a vigorar com a redação constante do Anexo III à presente ata. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrou-se a presente ata, a qual lida e achada conforme, foi devidamente assinada por todos os presentes. (Página de Assinaturas da Assembleia Geral Extraordinária da DMCard Participações S.A. realizada em 21 de junho de 2024) São José dos Campos-SP, 21 de junho de 2024.

Mesa: Denis César Correia – Presidente; Tharik Camocardi de Moura – Secretário.

Acionistas Presentes: Denis César Correia; Juan Pablo Garcia Agudo; YS Holding S.A. Por: Denis César Correia Cargo: Diretor Presidente; WBBS Holding Ltda. Por: Willian Brunelli Cargo: Administrador; Vinci Impacto e Retorno IV – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (p. Vinci GGN Gestão de Recursos Ltda.) Por: José Luis Pano Cargo: Diretor da Gestora dos Investidores, Por: Cezar Augusto Aragão Cargo: Procurador da Gestora dos Investidores; Vinci Impacto e Retorno IV Master P – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (p. Vinci GGN Gestão de Recursos Ltda.) Por: José Luis Pano Cargo: Diretor da Gestora dos Investidores, Por: Cezar Augusto Aragão Cargo: Procurador da Gestora dos Investidores. **Anexo III – Estatuto Social. Capítulo I – Denominação, Sede, Foro, Objeto e Duração. Artigo 1º.** A DMCard Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, organizada e regida nos termos deste Estatuto Social, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), e demais disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Avenida Cassiano Ricardo, nº 521, Sala 12, Bloco 2, Bairro Parque Residencial Aquarius, CEP 12.246-870. **Parágrafo Único.** A Companhia poderá abrir, encerrar e alterar o endereço de filiais, agências, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos, bem como manter correspondentes e representantes no País ou no exterior por deliberação da diretoria. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, no Brasil ou no exterior, como sócia ou de qualquer outra forma. **Parágrafo Único.** Para a consecução de seu objeto, a Companhia poderá constituir subsidiárias ou participar do capital de outras sociedades. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Capital Social. Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 239.320.344,75 (duzentos e trinta e nove milhões, trezentos e vinte mil, trezentos e quarenta e quatro reais e setenta e cinco centavos), dividido em 65.100.342 (sessenta e cinco milhões, cem mil, trezen-

tas e quarenta e duas) ações nominativas e sem valor nominal, das quais 46.059.824 (quarenta e seis milhões, cinquenta e nove mil, oitocentas e vinte e quatro) são ações ordinárias e 19.040.518 (dezenove milhões, quarenta mil, quinhentas e dezoito) são ações preferenciais.

Parágrafo 1º. O capital social poderá ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral, mediante a emissão de ações, sem guardar proporção com as espécies e/ou classes de ações já existentes ou que possam vir a existir, podendo a assembleia geral decidir sobre o aumento ou redução do capital social da Companhia, bem como a emissão e colocação de ações, fiando seus preços de emissão. **Parágrafo 2º.** Observado o disposto no Acordo de Acionistas (conforme definido abaixo), os acionistas terão preferência na subscrição de aumentos de capital ou na emissão de valores mobiliários conversíveis em ações, na forma do artigo 171 da Lei das S.A., no prazo decadencial de 30 (trinta) dias contados da data da deliberação relativa ao aumento de capital da Companhia ou da emissão de valores mobiliários conversíveis em ações. **Parágrafo 3º.** A responsabilidade dos acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas. **Parágrafo 4º.** É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias, não havendo títulos dessa natureza em circulação. **Parágrafo 5º.** O Conselho de Administração fica autorizado a aumentar o capital social da Companhia, independentemente de reforma estatutária, até o limite de (i) 4.000.000 (quatro milhões) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 4.320.920 (quatro milhões, novecentas e vinte mil, novecentas e vinte) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. O Conselho de Administração fixará o número, preço, prazo de integralização e as demais condições da emissão de ações dentro do limite autorizado neste parágrafo. **Artigo 6º.** Cada ação ordinária conferirá ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral, cujas deliberações serão tomadas na forma deste Estatuto Social, do Acordo de Acionistas e da legislação em vigor. **Parágrafo Único.** Cada ação preferencial conferirá ao seu titular os seguintes direitos e vantagens, conforme definidos no Acordo de Acionistas: (1) direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral; (2) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio; (3) direito de conversibilidade em ação ordinária, à taxa de conversão definida no Acordo de Acionistas, a qualquer momento, no caso de a maioria dos acionistas detentores de ações preferenciais aprovar a conversão; e (4) demais direitos previstos no Acordo de Acionistas. **Artigo 7º.** As ações são indivisíveis perante a Companhia, que não reconhecerá mais que um proprietário para cada unidade. **Parágrafo 1º.** A propriedade de ações presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro das Ações Nominativas da Companhia. Qualquer transferência de Ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no Livro de Registro de Transferência de Ações Nominativas da Companhia. **Parágrafo 2º.** A Companhia poderá adquirir suas próprias ações para permanecer em tesouraria ou posterior alienação ou cancelamento, respeitadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis. **Capítulo III – Acordo de Acionistas. Artigo 8º.** As ações de emissão da Companhia sujeitam-se às disposições do Acordo de Acionistas que estiver arquivado na sede da Companhia ("Acordo de Acionistas"), que pode dispor, entre outras matérias, sobre restrições à administração e ao funcionamento dos órgãos da Companhia, transferência de ações, direito de primeira oferta, direito de venda conjunta, entre outros assuntos de interesse da Companhia. **Parágrafo 1º.** Para o cômputo dos votos nas assembleias gerais deverão ser observadas eventuais anotações constantes à margem do registro das ações, no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia, para todos os efeitos do artigo 118 da Lei das S.A. **Parágrafo 2º.** A Companhia, seus acionistas e seus administradores deverão observar todos os termos e condições do Acordo de Acionistas, de modo que será considerado nulo e sem efeito qualquer ato praticado pela Companhia e/ou pela administração da Companhia e/ou por qualquer de seus acionistas em violação ao Acordo de Acionistas ou a este Estatuto Social. **Capítulo IV – Assembleia Geral. Artigo 9º.** A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente, sempre que necessário, e ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento do exercício social para: (a) eleição dos administradores; examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; (b) deliberar acerca da destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e (c) eleger os administradores, quando for o caso. **Parágrafo Único.** Além das matérias gerais e ordinárias acima, competirá à Assembleia Geral deliberar sobre as seguintes matérias, de acordo com os quóruns e votos afirmativos previstos no Acordo de Acionistas para aprovação de qualquer deliberação a elas relativas, sob pena de nulidade de tal deliberação: (a) aprovação das demonstrações financeiras e das contas dos administradores em caso de formulação de ressalvas ou abstenção pelos auditores independentes; (b) alteração ao Estatuto Social da Companhia, desde que tais alterações fujam ao curso ordinário de suas atividades ou impliquem alteração das regras de administração e composição do Conselho de Administração; (c) alteração, aumento ou redução de capital social da Companhia e Controladas (conforme definido no Acordo de Acionistas), desde que representem uma variação superior a 5% (cinco por cento) em relação ao capital social atual; (d) recompra, resgate, cancelamento ou amortização de ações da Companhia e/ou das Controladas, exceto (i) em casos de recompra de ações (incluindo opções de compra de ações) de empregados, funcionários, administradores ou outras pessoas prestando serviços para a Companhia e/ou qualquer das Controladas que tenham recebido ou tenham direito de receber ações da Companhia por força do plano de outorga de opção de compra de ações da Companhia, dos quais a Companhia e/ou as Controladas possam recomprar sem custo extra ou a valor nominal, em caso de eventos como demissão ou (ii) nos casos em que haja previsão expressa previamente delimitada no Plano de Negócios (conforme definido no Acordo de Acionistas) ou Orçamento (conforme definido no Acordo de Acionistas); (e) emissão, alteração, recompra, resgate, cancelamento ou amortização de debêntures, bônus de subscrição e/ou de outros títulos ou valores mobiliários ou direitos relativos às ações da Companhia e/ou das Controladas que excedam R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas realizadas em um mesmo exercício fiscal, exceto nos casos que estejam previstos no Plano de Negócios ou Orçamento, sendo certo que será vedado à Companhia, às Controladas e eventuais subsidiárias emitir partes beneficiárias; (f) declaração, distribuição e/ou pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio e/ou qualquer outra forma de distribuição de lucros aos acionistas, exceto (1) os dividendos mínimos obrigatórios; e (2) os dividendos intermediários, cuja declaração, distribuição e/ou pagamento sejam aprovados nos termos do Acordo de Acionistas; (g) toda e qualquer reestruturação societária que ocorra em uma ou mais transações, incluindo, mas não se limitando, a qualquer operação de fusão, incorporação, cisão, incorporação de ações, transformação em outro tipo societário, participação em grupo de sociedades (inclusive qualquer subscrição ou transferência de ações que resulte em mudança de controle e qualquer decisão relacionada à aceitação de proposta de terceiro nesse sentido), desde que não figurem como reestruturação intragrupo; (h) registro ou cancelamento de registro como companhia aberta, sendo que, no caso de obtenção de registro de companhia aberta categoria A perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a Companhia deverá aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade administradora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, práticas diferenciadas de governança corporativa; e (i) oferta, decisão ou negociação pública (primária ou secundária) de quaisquer ações ou outros títulos e valores mobiliários (a ser realizado sempre de acordo com as melhores práticas de governança corporativa), que exceda R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas realizadas em um mesmo exercício fiscal e a celebração de acordos, contratos e compromissos com bolsas de valores e/ou instituições financeiras engajadas na pertinente oferta, exceto nos casos em que haja a previsão expressa previamente delimitada no Plano de Negócios ou Orçamento. **Artigo 10º.** Devem ser observadas, na sua convocação, instalação, competência e quórum aplicáveis às Assembleias Gerais, as disposições legais aplicáveis, o disposto na Lei das S.A., neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas. **Parágrafo 1º.** As Assembleias Gerais podem ser convocadas por qualquer membro do Conselho de Administração ou por qualquer acionista, nos termos do artigo 123 da Lei das S.A., com antecedência mínima de 8 (oito) dias corridos, mediante correio eletrônico (e-mail) ou correspondência com aviso de recebimento e observados os termos do Acordo de Acionistas. **Parágrafo 2º.** A convocação deverá conter informações sobre o local, data e hora da assembleia geral e deverá estabelecer detalhadamente a ordem do dia, não podendo incluir itens genéricos como "questões de interesse geral da Companhia" e "outros". Nenhuma deliberação válida será aprovada a respeito de assuntos não expressamente incluídos na ordem do dia constante do edital de convocação. Eventual terceira convocação, deverá observar a mesma antecedência e requisitos acima estabelecidos, e ser realizada mediante correio eletrônico (e-mail) e correspondência com aviso de recebimento. **Parágrafo 3º.** Todo o material necessário para que os acionistas possam analisar as matérias da ordem do dia deve ser previamente disponibilizado, dentro do prazo exigido para a convocação ou em maior antecedência, se assim exigido pela Lei das S.A. **Parágrafo 4º.** Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a Assembleia Geral à qual comparecerem todos os acionistas. **Parágrafo 5º.** Observado o disposto no Acordo de Acionistas, a instalação da Assembleia Geral dependerá: (1) em primeira e segunda convocação, da presença cumulativa (i) de acionistas representando mais do que a metade do capital social votante da Companhia e (ii) dos Investidores (conforme definido no Acordo de Acionistas); e (2) em terceira convocação, da presença de qualquer número de acionistas. **Parágrafo 6º.** As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração, que convidará outro acionista dentre os presentes ou o advogado da Companhia, para secretariar os trabalhos. Na ausência do Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia Geral poderá ser presidida por qualquer Conselheiro eleito pelos Acionistas Originais (conforme definido no Acordo de Acionistas), ou, não havendo Conselheiros presentes, por um acionista eleito entre os acionistas presentes, o qual indicará o secretário. **Parágrafo 7º.** Os acionistas poderão participar e votar nas assembleias gerais, ainda que não estejam fisicamente presentes nas reuniões, sendo a todos possibilitada a opção de participar das discussões por conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro sistema eletrônico de comunicação admitido pela legislação aplicável. A respectiva ata da reunião deverá ser posteriormente assinada por todos os acionistas que participaram da Assembleia Geral. **Parágrafo 8º.** As atas das Assembleias Gerais deverão ser lavradas no livro de Atas das Assembleias Gerais na forma de sumário dos fatos ocorridos e publicadas com omissão das assinaturas. **Artigo 11º.** Exceto pelo disposto em contrário no presente Estatuto Social, na lei e no Acordo de Acionistas, todas as deliberações em Assembleia Geral deverão ser tomadas pela maioria de votos dos acionistas presentes, não se computando os votos em branco. **Parágrafo 1º.** O presidente da Assembleia Geral deverá se abster de registrar qualquer deliberação tomada em desacordo com as disposições de Acordo de Acionistas. **Parágrafo 2º.** Os acionistas poderão ser representados por procuradores nas Assembleias Gerais, constituídos mediante procuração outorgada nos termos da lei das S.A. **Capítulo V – Administração. Seção I – Normas Gerais. Artigo 12º.** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, na forma da Lei, deste Estatuto Social e do Acordo de Acionistas. **Parágrafo 1º.** Os administradores serão eleitos com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, sem a eleição de suplentes. **Parágrafo 2º.** O mandato dos administradores se estenderá até a investidura dos respectivos sucessores, exceto deliberação expressa em contrário. **Parágrafo 3º.** Os administradores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de Termos de Posse lavrados nos respectivos Livros de Atas dos órgãos para os quais foram eleitos, dentro dos 30 (trinta) dias subsequentes à sua eleição, estando dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. **Parágrafo 4º.** A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração dos administradores, podendo eventualmente estabelecer que os administradores não receberão qualquer remuneração. **Seção II – Conselho de Administração. Artigo 13º.** O Conselho de Administração da Companhia será

composto por 5 (cinco) membros ("Conselheiros"), acionistas ou não, eleitos para cumprir mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, e destituíveis pela Assembleia Geral a qualquer tempo. **Parágrafo 1º.** A eleição e a destituição dos Conselheiros deverão observar o disposto no Acordo de Acionistas. **Parágrafo 2º.** O Conselho de Administração adotará as medidas e tomará as decisões que forem de sua competência nos termos da Lei das S.A., deste Estatuto Social, e em conformidade com o Acordo de Acionistas. Cada Conselheiro deverá usar de diligência e prudência na defesa dos interesses da Companhia e desempenhar suas atribuições perante a Companhia em conformidade com o Estatuto Social, o Acordo de Acionistas e as exigências da legislação brasileira. **Parágrafo 3º.** O Conselho de Administração terá autoridade para supervisionar todas as atividades conduzidas pela Diretoria, observados os termos e as condições deste Estatuto Social, do Acordo de Acionistas, e da Lei das S.A. **Parágrafo 4º.** Compete ao Conselho de Administração a aprovação das seguintes matérias, de acordo com os quóruns e votos afirmativos previstos no Acordo de Acionistas para aprovação de qualquer deliberação a elas relativas, sob pena de nulidade de tal deliberação: (a) aprovação da política de risco e crédito (contendo as estimativas de ROAE, PECLD) e do Plano de Impacto e ASG (conforme definido no Acordo de Acionistas), bem como qualquer de suas revisões, alterações ou atualizações, observado que, em caso de não aprovação, serão consideradas os do ano anterior, corrigidos pelo Indexador (conforme definido no Acordo de Acionistas), conforme aplicável; (b) definição sobre a alocação individual da remuneração global da administração entre os Administradores; (c) constituição e encerramento de uma Controlada (conforme definido no Acordo de Acionistas); (d) alienação de participação no capital de Controladas, desde que não esteja previsto no Plano de Negócios ou Orçamento (conforme definidos no Acordo de Acionistas); (e) custos, gastos, despesas, aquisições, investimentos ou realização de financiamento a qualquer pessoa, que excedam R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas realizadas em um mesmo exercício fiscal, desde que não estejam previstos no Plano de Negócios ou Orçamento; (f) venda, alienação, oneração, transferência, constituição de gravames, locação ou qualquer outra forma de disposição da propriedade ou da posse de ativos imobilizados, em valor superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), desde que não previsto previamente no Plano de Negócios ou Orçamento; (g) assunção ou modificação de dívida em valor superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), por meio da celebração, rescisão ou aditamento de quaisquer contratos financeiros, incluindo, sem a tanto se limitar, contratos de abertura de crédito, mútuos, empréstimos, extensão de crédito, financiamentos, arrendamentos mercantis ou leasing, desconto de recebíveis ou créditos, emissão de notas promissórias comerciais (commercial papers) ou outros títulos de dívida, bem como a outorga ou criação de qualquer espécie de garantia em valor superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), observados os índices de endividamento previstos no Orçamento; (h) realização de transação com partes relacionadas, exceto por aquelas realizadas em condições comutativas no curso normal dos negócios; (i) licenciamento, aquisição, alienação, cessão ou transferência, por qualquer meio, a qualquer terceiro, de qualquer marca, patente, direito autoral, know-how, software, ou qualquer outro direito de propriedade industrial, intelectual ou bem intangível, exceto as licenças concedidas no curso normal dos negócios, desde que estas licenças não compreendam o direito de copiar e/ou sublicenciar a propriedade intelectual da Companhia e/ou das Controladas a terceiros não filiados ou não licenciados pela Companhia e/ou pelas Controladas; (j) abertura, transferência ou encerramento, de filiais, agências e escritórios em qualquer parte do país ou no exterior, desde que não previstos previamente no Plano de Negócios ou Orçamento; (k) aprovação de qualquer das matérias previstas neste Parágrafo 4º no âmbito das Controladas, contanto que fujam ao curso ordinário do negócio, bem como qualquer decisão relativa ao exercício do direito de retirada ou vencimento antecipado de financiamento dessas sociedades; (l) decisão referente ao início, término, acordo ou termo de ajuste, confissão, transação, desistência ou renúncia relacionado a qualquer ação, processo, arbitragem e qualquer outro procedimento administrativo ou judicial, incluindo o advogado que patrocinará referida causa, (1) quando o montante envolvido ou potencialmente em risco for superior a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais); ou (2) que possam ter impacto materialmente negativo nas atividades da Companhia e/ou das Controladas ou seu relacionamento com qualquer cliente, fornecedor, atarquia, órgão ou autoridade governamental; (m) alteração nas práticas contábeis e/ou financeiras, salvo se exigido por lei, pela regulamentação aplicável e/ou recomendado por empresa de auditoria independente; (n) a escolha de destituição da empresa de auditoria independente, a qual, obrigatoriamente, deverá estar registrada perante a CVM; (o) ato de disposição a título gratuito, incluindo doação a entidades beneficentes, de caridade ou partidos políticos; (p) aprovação ou alteração da política de salários; que deverá incluir, necessariamente, a remuneração dos administradores da Companhia e das Controladas, observado o disposto no artigo 152 da Lei das S.A., desde que não prevista no Orçamento; (q) declaração, distribuição e/ou pagamento de dividendos intermediários que excedam o dividendo mínimo obrigatório, desde que não estejam previstos no Plano de Negócios ou Orçamento; (r) alteração ao estatuto social ou contrato social das Controladas, conforme aplicável, desde que tais alterações fujam ao curso ordinário de suas respectivas atividades ou impliquem alteração das regras de administração e composição dos órgãos de administração; e (s) aumento do capital social da Companhia e Controladas dentro dos respectivos limites de capital autorizado, desde que represente uma variação superior a 5% (cinco por cento) em relação ao capital social atual. **Parágrafo 5º.** Caberá ao Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, a qualquer outro membro eleito pela maioria dos membros do Conselho de Administração, presidir as reuniões do Conselho de Administração, observados os termos do Acordo de Acionistas. **Parágrafo 6º.** Em caso de ausências ou impedimentos temporários de qualquer Conselheiro, o respectivo Conselheiro poderá fazer-se representar por qualquer outro Conselheiro, expressamente autorizado para esse fim em documento assinado que será arquivado na sede da Companhia, que acumulará as funções e o direito de voto de seu representado. **Parágrafo 7º.** Em caso de destituição, renúncia, substituição, impedimento permanente, ou qualquer outro evento que resulte na vacância do cargo de qualquer Conselheiro, aquele acionista que tiver indicado tal Conselheiro terá o direito de indicar o respectivo substituto, obrigando-se cada um dos acionistas, neste ato, a exercer seu direito de voto na Assembleia Geral de forma a efetivar a eleição do novo Conselheiro, de acordo com a indicação realizada na forma do Acordo de Acionistas. Em caso de vacância de qualquer dos Conselheiros, o acionista que o indicou deverá eleger novos membros do Conselho de Administração em substituição, a fim de não prejudicar quaisquer deliberações a serem tomadas pelo órgão. **Artigo 14º.** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, em periodicidade mensal e, extraordinariamente, sempre que convocado por qualquer membro do Conselho de Administração, sendo que as convocações para as reuniões serão feitas por escrito, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, mediante mensagem eletrônica (e-mail) enviada a todos os membros do Conselho de Administração, com confirmação de recebimento, devendo conter a ordem do dia, o local e o horário em que a reunião se realizará, além de disponibilizar toda a documentação relativa à ordem do dia, se e conforme aplicável. Eventual terceira convocação, deverá observar a mesma antecedência e requisitos acima estabelecidos, e ser realizada mediante correio eletrônico (e-mail) e correspondência com aviso de recebimento. **Parágrafo 1º.** Independente das formalidades previstas neste Estatuto, será considerada regular a reunião do Conselho de Administração a que comparecerem todos os Conselheiros. **Parágrafo 2º.** Os membros do Conselho de Administração poderão participar e votar nas Reuniões do Conselho de Administração, ainda que não estejam fisicamente presentes nessas reuniões, sendo a todos possibilitada a opção de participar das discussões por conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro sistema eletrônico de comunicação. A respectiva ata da reunião, para fins de arquivamento e registro, deverá ser assinada de acordo com o disposto na legislação e regulção aplicáveis. **Parágrafo 3º.** Devem ser observadas, na convocação, instalação, competência e quórum aplicáveis a reunião do Conselho de Administração, as disposições legais aplicáveis, o disposto neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas. **Seção II – Diretoria. Artigo 15º.** A Diretoria será composta por até 3 (três) membros, pessoas naturais, residentes e domiciliadas na República Federativa do Brasil, acionistas ou não, com os seguintes cargos: 1 (um) Diretor Presidente; 1 (um) Diretor Financeiro e 1 (um) Diretor sem designação específica, todos com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição e, também, eventual cumulação de mais de um cargo pelo mesmo Diretor. **Parágrafo Único.** No caso de vacância de qualquer Diretor, a respectiva substituição será deliberada pelos Conselheiros, em reunião do Conselho de Administração, a ser convocada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da vacância, ou pela Assembleia Geral, no mesmo prazo, caso não haja Conselho de Administração. **Artigo 16º.** A Diretoria é investida de todos os poderes de administração e representação da Companhia, respeitados os limites estabelecidos por este Estatuto Social e pelo Acordo de Acionistas, podendo representá-la ativa e passivamente, em juízo e fora dele, perante pessoas físicas e jurídicas, órgãos e autoridades governamentais em conexão com qualquer operação que envolva ou implique em responsabilidade para a Companhia, incluindo: (i) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral; (ii) elaborar, anualmente, o relatório da administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, para apreciação da Assembleia Geral; (iii) representar a Companhia em juízo e fora dele, ativa ou passivamente, e em suas relações perante terceiros, incluindo, mas sem se limitar, a repartições públicas, autoridades, atarquias, sociedades de economia mista, entidades paraestatais, sejam federais, estaduais ou municipais; e (iv) assinar todo e qualquer documento, público ou privado, cheques, ordem de pagamento, contratos, bem como quaisquer documentos que possam impor responsabilidade ou obrigação à Companhia, desde que o valor da obrigação ou o tipo de operação não exija aprovação prévia da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, observado o quanto previsto em lei, neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas para estes fins. **Parágrafo 1º.** A Companhia considerará-se-á validamente obrigada pela assinatura conjunta (1) do Diretor Presidente e do Diretor Financeiro; ou de (2) 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador, com poderes específicos conferidos a este último pelo instrumento de mandato correspondente, outorgado na forma do Parágrafo 2º abaixo. **Parágrafo 2º.** As procurações outorgadas em nome da Companhia dependerão da assinatura conjunta do Diretor Presidente e do Diretor Financeiro, exceto em matérias que, de maneira incontroversa, fujam à sua competência, devendo o respectivo instrumento conter, expressamente, os poderes outorgados e o prazo de vigência limitado a 1 (um) ano, sendo que as procurações "ad Judicia" poderão ser por prazo indeterminado, respeitando-se na outorga dos respectivos mandatos os limites e restrições impostos no Acordo de Acionistas e neste Estatuto Social. **Parágrafo 3º.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Companhia, os atos de quaisquer Diretores, procuradores, prepostos e empregados que a envolvam ou digam respeito a operações ou negócios estranhos ao objeto social e aos interesses sociais, salvo se previamente aprovados em Assembleia Geral. **Capítulo VI – Conselho Fiscal. Artigo 17º.** A Companhia terá um Conselho Fiscal que funcionará apenas nos exercícios sociais em que for instalado, por deliberação da Assembleia Geral, que deverá eleger seus membros e aprovar as suas respectivas regras de funcionamento. **Parágrafo 1º.** O período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária subsequente a sua respectiva instalação. **Parágrafo 2º.** O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será composto por, no mínimo, 3 (três) ou, no máximo, 5 (cinco) membros, eleitos pela Assembleia Geral, que lhes fixará a remuneração, observado o

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/07/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



<p>... continuação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21/06/2024 da DMCARD Participações S.A.</p> <p>disposto na Lei das S.A. Parágrafo 3º. As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos. Capítulo VII – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Distribuição de Lucros. Artigo 18º. O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Artigo 19º. Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras da Companhia, em observância aos preceitos legais pertinentes e proposta de destinação do lucro líquido, nos termos do Estatuto Social e do Acordo de Acionistas, após as deduções previstas em lei. Parágrafo Único. As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas anualmente por auditores independentes registrados na CVM. Artigo 20º. Salvo se deliberado diversamente pela Assembleia Geral e observadas as disposições do Acordo de Acionistas, do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) será destinado à constituição da reserva legal, a qual não excederá o montante equivalente a 20% (vinte por cento) do capital social, e 30% (trinta por cento) do lucro líquido do exercício será distribuído como dividendos mínimos obrigatórios a todos os acionistas proporcionalmente às suas respectivas participações no capital total da Companhia. Parágrafo</p>	<p>1º. Caso as reservas financeiras da Companhia venham a ser consideradas excedentes em relação às despesas e investimentos orçados para determinado período, poderá ser aprovada, em Assembleia Geral, a distribuição de dividendos adicionais, havendo saldo após as deduções previstas no caput do Artigo 20 acima. Parágrafo 2º. A Companhia, por deliberação dos acionistas, poderá levantar balanço semestral ou de períodos menores e distribuir dividendos à conta dos lucros apurados nesse balanço. Parágrafo 3º. A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá, ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Parágrafo 4º. Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos estabelecidos pela Assembleia Geral e no Acordo de Acionistas, respeitados os prazos máximos previstos em lei, e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. Capítulo VIII – Dissolução e Liquidação da Companhia. Artigo 21º. A Companhia será liquidada, dissolvida ou extinta nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar a forma de liquidação, nomear o liquidante e os membros do Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação. Capítulo VIII – Disposições Finais. Artigo 22º. Qualquer controvérsia,</p>	<p>disputa ou reclamação decorrentes deste Estatuto Social ou a ele relacionados, incluindo, mas não se limitando a quaisquer questões relacionadas à existência, validade, interpretação ou inadimplemento, deverão ser solucionadas de forma definitiva por arbitragem, na forma estabelecida no Acordo de Acionistas. Artigo 23º. Os casos omissos serão regulados pela lei das S.A. e pela legislação aplicável. Artigo 24º. Os contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia, se existentes, serão disponibilizados na sede social da Companhia para ser consultados por qualquer acionista. Artigo 25º. No caso de obtenção de registro como companhia aberta categoria A, a Companhia obriga-se a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade administradora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, práticas diferenciadas de governança corporativa previstas Artigo 56, II, § 4º da Resolução CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022." Mesa: Denis César Correia – Presidente; Tharik Camocardi de Moura – Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 260.596/24-3 em 03/07/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.</p>
---	---	--

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/07/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Hurst Capital S.A.										
CNPJ/ME nº 29.765.165/0001-36 – NIRE 35.300.581.326										
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO										
Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares. São Paulo, 08 de julho de 2024										
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)										
BALANÇOS PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
ATIVO	Controladora		Consolidado		Saldos em 31/12/2020	Capital social		Prejuízos acumulados		Total
	2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021	
Ativo circulante					Aumento de Capital	1.000	-	(9.386)	-	(9.376)
Caixa e equivalentes de caixa	1.798	2.335	1.914	2.436	Ajuste de exercício anterior	-	-	31	-	31
Impostos a recuperar	337	91	351	91	Prejuízo do exercício	-	-	(8.969)	-	(8.969)
Outros créditos a receber	3.053	2.111	3.077	2.142	Saldos em 31/12/2021	1.010	-	(18.324)	-	(17.314)
Total circulante	5.188	4.537	5.342	4.669	Prejuízo do exercício	-	-	(17.646)	-	(17.646)
Ativo não circulante					Saldos em 31/12/2022	1.010	-	(35.970)	-	(34.960)
Investimentos	72.401	72.725	64.212	64.530						
Intangível	-	-	8.083	8.083						
Imobilizado líquido	356	94	356	94						
Total não circulante	72.757	72.819	72.651	72.707						
Total do ativo	77.945	77.356	77.993	77.376						
PASSIVO	Controladora		Consolidado		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA					
Passivo circulante	2022	2021	2022	2021	Controladora		Consolidado			
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Empréstimos e financiamentos	4.526	1.980	4.526	1.980	Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Fornecedores	140	74	140	74	Ajustes para conciliar o resultado:					
Obrigações trabalhistas	1.721	342	1.721	342	Lucro líquido (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL				(17.646)	(8.969)
Obrigações tributárias	2.142	1.815	2.155	1.835	Itens que não afetam o caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades operacionais:					
Partes relacionadas – mútuos	7.831	4.124	7.831	4.124	Depreciação e amortização		80	94	80	94
Outras contas a pagar	25.716	10.103	25.751	10.103	Baixa de Imobilizado		94	390	94	390
Total do passivo circulante	42.076	18.438	42.124	18.458	Ajuste de exercício anterior		-	31	-	31
Passivo não circulante					Var. de provisão p/ contingências		136	151	136	151
Empréstimos e financiamentos	4.148	3.999	4.148	3.999	Variação nos ativos operacionais:					
Provisões para contingências	3.743	3.607	3.743	3.607	Impostos a recuperar		(246)	(90)	(260)	(90)
Outras contas a pagar	62.938	68.626	62.938	68.626	Outros créditos a receber		(942)	3.396	(935)	3.365
Total do passivo não circulante	70.829	76.232	70.829	76.232	Variação nos passivos operacionais:					
Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)	1.010	1.010	1.010	1.010	Fornecedores		66	11	66	11
Prejuízos acumulados	(35.970)	(18.324)	(35.970)	(18.324)	Obrigações trabalhistas		1.379	114	1.379	114
Total do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)	(34.960)	(17.314)	(34.960)	(17.314)	Obrigações tributárias		327	937	320	957
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)	77.945	77.356	77.993	77.376	Outras contas a pagar		9.925	9.488	9.960	9.488
					Direitos creditórios		-	24.738	-	24.738
					Caixa (aplicado) gerado pelas atividades operacionais		(6.827)	30.291	(6.806)	30.280
					Fluxo de caixa das atividades de investimento					
					Acréscimo do imobilizado		(436)	-	(436)	-
					Aquisição de participação societárias		-	(9.165)	-	(970)
					Movimentação de precatórios		324	(31.057)	318	(31.057)
					Acréscimo do intangível - Ágio		-	-	-	(8.083)
					Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento		(112)	(40.306)	(118)	(40.194)
					Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
					Movimentação líquida de empréstimos e financiamentos		2.695	5.151	2.695	5.151
					Partes Relacionadas		3.707	3.305	3.707	3.305
					Aumento de Capital		-	1.000	-	1.000
					Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		6.402	9.456	6.402	9.456
					(Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		(537)	(559)	(522)	(458)
					Caixa e equivalentes de caixa					
					No início do exercício		2.335	2.894	2.436	2.894
					No fim do exercício		1.798	2.335	1.914	2.436
					(Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		(537)	(559)	(522)	(458)
omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas Controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas Controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas Controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Individuais. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. SP, 30/01/2024.										
RSM Brasil Auditores CRC 2SP-030.002/O-7										
Cassiano Gonçalves Alvarez Contador - CRC 1SP219153/O-3										

Wish Bossa Nova Empreendimentos S.A.

CNPJ nº 17.863.504/0001-38 - NIRE 35.300.457.161

Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas - Edital de Convocação

O conselho de administração da **Wish Bossa Nova Empreendimentos S.A.** ("Companhia"), em referência ao acordo de acionistas celebrado em 26/12/2016 pelos acionistas da Companhia ("Acordo de Acionistas"), comunicou, em 17 de junho 2024, os acionistas em relação aos aportes inadimplidos nos termos da Cláusula 10.4. e seguintes do Acordo de Acionistas ("Aportes"), concedendo, aos acionistas inadimplentes, a oportunidade de purgação da mora e adimplemento e, aos acionistas adimplentes, a oportunidade de manifestar interesse em efetuar o Aporte devido pelos acionistas inadimplentes, sub-rogando-se no crédito em face dos acionistas inadimplentes e demais consequências jurídicas estabelecidas no Acordo de Acionistas, até o dia 27/06/2024. Após decurso do prazo concedido aos acionistas e avaliação das respectivas manifestações, foram identificados como acionistas que permaneceram inadimplentes em relação aos Aportes: FL Dourado Institucional Fundo de Investimento Multimercado, OABPREV-RJ Fundo de Investimento Multimercado, TAG GR IV – Fundo de Investimento Imobiliário e Participações Ltda., Iduna Fundo de Investimentos e Participações Multiestratégia e Viracondo Fundo de Investimento Multimercado – Crédito Privado. Sendo assim, os seguintes acionistas realizaram os Aportes, sendo eles: HSI IV Real Estate Fundo de Investimentos em Participações – Multiestratégia, Mario Caterina, CCX Empreendimentos Ltda., CNH Participações e Empreendimentos Ltda., Antonio Carlos Jorge e Jorge Imóveis e Participações Ltda. Conforme regras previstas no Acordo de Acionistas, os acionistas foram classificados em 2 (dois) grupos distintos: • Grupo 1: acionistas adimplentes que manifestaram interesse em efetuar os Aportes devidos pelos acionistas inadimplentes, com consequente aquisição das ações de titularidade destes proporcionalmente ao Aporte adicional a ser efetuado até 22/07/2024 (inclusive), nos termos do Acordo de Acionistas. • Grupo 2: acionistas inadimplentes que se limitaram purgar a mora, adimplir a obrigação de efetuar o respectivo Aporte sem, contudo, efetuar Aporte adicional referente aos Aportes pendentes dos acionistas inadimplentes. Segue detalhamento específico na tabela abaixo: **Grupo 1:** HSI IV Real Estate Fundo de Investimentos em Participações; **Valores a serem Aportados:** R\$ 299.785,17. **Grupo 1:** Mario Caterina; **Valores a serem Aportados:** R\$ 1.115,89. **Grupo 1:** CCX Empreendimentos Ltda; **Valores a serem Aportados:** R\$ 3.458,19. **Grupo 1:** CNH Participações e Empreendimentos Ltda; **Valores a serem Aportados:** R\$ 3.458,00. **Grupo 2:** Antonio Carlos Jorge; **Valores Aportados:** R\$ 770,90. **Grupo 2:** Jorge Imóveis e Participações Ltda.; **Valores Aportados:** R\$ 199,60. Portanto, ficam convocados os acionistas da Companhia para se reunirem no dia 26/07/2024, às 14h, de forma exclusivamente eletrônica, nos termos do artigo 124, §2º, da Lei 6.404, de 16/12/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), em assembleia geral extraordinária ("Assembleia Geral"), para deliberarem a respeito da seguinte ordem do dia: **(a)** deliberar pelo aumento de capital a ser realizado em conformidade aos valores previstos na tabela acima, os quais foram calculados em conformidade com a Cláusula 10.5. do Acordo de Acionistas; e **(b)** se aprovado o item (a) acima da ordem do dia, deliberar pela outorga de mandato pelos acionistas aos diretores da Companhia para que os diretores possam representar os acionistas na formalização dos contratos de compra e venda de ações e do registro da aquisição de novas e transferência de ações de acionistas inadimplentes a acionistas adimplentes do Grupo 1 da tabela acima no respectivo societário em decorrência do aumento de capital e respectivas diluições conforme previsto no Acordo de Acionistas caso os acionistas não assinem os referidos instrumentos e livros societários no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de realização da Assembleia Geral. A Assembleia Geral será realizada de forma exclusivamente eletrônica e transmitida ao vivo na modalidade digital, por meio da plataforma de comunicação Teams. Para participar da reunião, o acionista deverá observar o procedimento indicado abaixo. O acionista poderá ser representado por outro acionista ou por advogado, mediante outorga de procuração com poderes específicos para votar as matérias constantes da ordem do dia, devendo uma cópia da procuração e de documento de identidade do procurador ser apresentada fisicamente ou enviada ao e-mail juridico.consultivo@hsinvest.com, com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência do horário de início da Assembleia Geral. • **Procedimento para a Participação e Votação à Distância:** **a.** Link de acesso à transmissão da Assembleia Geral: **b.** (necessário copiar e colar o endereço eletrônico acima no navegador para acessar a plataforma Teams). **c.** A participação e a votação do acionista ocorrerão de forma remota, por vídeo, áudio ou mensagens na ferramenta "Chat" disponível na plataforma Teams. **d.** Recomendamos que o acionista acesse a plataforma Teams antes do horário de início da Assembleia Geral para eventuais ajustes em sua conexão. **e.** Caberá ao acionista providenciar sua estrutura adequada de Internet e equipamentos que suportem transmissão de vídeo e áudio. **f.** A Assembleia Geral será gravada para os devidos fins legais. • **Documentos à Disposição dos Acionistas:** Em conformidade com o artigo, parágrafo único, da Instrução Normativa DREI nº 79, de 14/04/2020 ("IN DREI 79/20"), segue anexo ao presente edital o modelo de boletim de voto à distância ("BVD") na forma do documento anexo I ("Anexo I") a fim de viabilizar o voto à distância dos acionistas como determina o artigo 9º da IN DREI 79/20. Caso o acionista opte por essa alternativa, deverá encaminhar o BVD preenchido com, no mínimo, 5 (cinco) dias corridos de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Geral aos seguintes endereços: em caso de envio de BVD físico: Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 7º andar, Itaim Bibi São Paulo/SP, CEP 04538-905. em caso de envio de BVD eletrônico: e-mail: juridico.consultivo@hsinvest.com. Caso não seja atingido o quórum necessário para instalação da Assembleia Geral em primeira convocação, os acionistas, desde já, ficam convocados para comparecimento em segunda convocação a ser realizada no dia 26/07/2024, às 14:30h, de forma exclusivamente eletrônica, nos termos do artigo 124, §2º-A, da Lei das Sociedades por Ações. São Paulo/SP, 04/07/2024. **Wish Bossa Nova Empreendimentos S.A.**, Rodrigo Reali Abdelnur, Membro do Conselho de Administração. (05, 06 e 09/07/2024)

Coesa Construção e Montagens S.A.

Em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 18.738.697/0001-68 - NIRE 35300456025

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 07 de junho de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 07 de junho de 2024, às 10:00 horas, na sede social **Coesa Construção e Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial** ("Companhia"), situada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, Edifício Century Corporate, Sala 403, Parte 83, Itaim Bibi, CEP 04534-002. **2. Convocação:** Dispensada a convocação nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº. 6.404/76 ("Lei das S.A."), em decorrência da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. Publicações:** As contas dos administradores, o relatório dos auditores, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras foram publicadas no Jornal Data Mercantil, conforme documento em anexo (**Anexo I**). **4. Presença:** Acionista representando 100% do capital social da Companhia. **5. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. José Maria Magalhães de Azevedo, sendo secretariado pelo Sr. Telmo Tonolli. **6. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) Exame, discussão e aprovação das demonstrações financeiras e contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e (ii) a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **7. Deliberações:** Após discussão das matérias, os Acionistas, por unanimidade dos votos válidos, deliberaram o quanto segue: **7.1.** Considerar sanada a falta de publicação dos anúncios e a inobservância dos prazos referidos nos artigos 133 da LSA, nos termos da permissão conferida pelo parágrafo 4º do mesmo artigo 133 da LSA. **7.1.1.** Ratificar a disponibilização tempestiva e suficiente para acesso e apuração integral das contas dos administradores, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, sanando a inobservância dos prazos estipulados no artigo retro. Ratificar, ainda, que não houve prejuízos decorrentes dessa falta. **7.2.** Aprovar as contas dos administradores, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2023, cuja publicação ocorreu no 7º dia de junho de 2024 no Jornal Data Mercantil – ora mencionado no item 3 acima – e o respectivo relatório dos auditores independentes elaborado pela Senso – Auditores Independentes (**Anexo II**). **7.3.** Com base nas demonstrações financeiras e, uma vez informados e cientes da situação financeira atual da Companhia, foi aprovada a destinação do lucro líquido no valor de R\$ 3.135.320,01 (três milhões e cento e trinta e cinco mil, trezentos e vinte reais e um centavo), apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, da seguinte forma: **(a)** R\$ 238.303,41 (duzentos e trinta e oito mil, trezentos e três reais e quarenta e um centavo) do lucro líquido ajustado serão destinados à conta de prejuízos acumulados da Companhia, nos termos do Artigo 17 do Estatuto Social desta; **(b)** do valor remanescente, R\$ 2.896.696,59 (dois milhões, oitocentos e noventa e seis mil, seiscentos e noventa e seis reais e cinquenta e nove centavos), **(b.1)** o montante de R\$ 144.834,83 (cento e quarenta e quatro mil, oitocentos e trinta e quatro reais e oitenta e três centavos), equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido ajustado no exercício após a dedução dos prejuízos acumulados, será destinado para a composição da reserva legal, conforme disposto no Art. 19º, alínea "i" do Estatuto Social da Companhia e no Art. 193 da LSA; **(b.2)** o montante de R\$ 2.751.861,76 (dois milhões, setecentos e cinquenta e um mil, oitocentos e sessenta e um reais e setenta e seis centavos), referente ao saldo remanescente do lucro líquido do exercício, será destinado para a conta de reserva de Lucros da Companhia. **7.3.1.** Considerar sanada a falta de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, nos termos da permissão conferida pelos parágrafos 3º e 4º do Art. 202 da LSA e disposição estatutária da Companhia, ora prevista nos parágrafos 1º e 2º do Art. 19. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos. Mesa: José Maria Magalhães de Azevedo - Presidente; Telmo Tonolli – Secretário. A presente ata é redigida na forma de sumário, nos termos do art. 130, §1º, da LSA. São Paulo, 07 de junho de 2024. Mesa: **José Maria Magalhães de Azevedo Telmo Tonolli**, Presidente da Mesa Secretário. JUCESP nº 257.285/24-6 em 28/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

MDS Corretora e

Administradora de Seguros S.A

CNPJ/MF nº 48.114.367/0001-62 - NIRE: 35.300.335.228

Ata de Reunião da Diretoria

Data, Hora e Local: Em 24/04/2024, 10hs, na sede social da Companhia, localizada na cidade de São Paulo/SP, na Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 8501, 29º andar, escritório nº 291, Edifício Eldorado Business Tower, Pinheiros, CEP 05425-070. **Mesa:** Presidente, Ariel Yanitchkis Couto; Secretário, Thiago Teixeira Tristão. **Ordem do Dia:** (I) Alteração do endereço da filial de Curitiba ("MDS – Filial Curitiba"). **Deliberações:** Após debates, com o objetivo de expandir os negócios da empresa, foi deliberado por unanimidade: **I)** Alterar o endereço da sede da MDS – Filial Curitiba, inscrita no CNPJ 48.114.367/0007-58 e NIRE nº 41901383841 de "Rua Marechal Deodoro - nº 945 - 3º andar - Centro - 80060-010 - Curitiba" para "Alameda Doutor Carlos de Carvalho, 373, 4º andar, Conjunto 404, Condomínio Felipe M. Zenedin ED, Centro, Curitiba, Paraná, CEP: 80.410-180." **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada pelos presentes que a subscrevem: **Presidente da mesa:** Ariel Yanitchkis Couto; **Secretário:** Thiago Teixeira Tristão. **Diretores:** Ariel Yanitchkis Couto, Thiago Teixeira Tristão, Paulo Mauricio Fernandes Loureiro, Thomaz Tescaro, Elaine Patricia Bimbato e Luciana Lopardo Alves Diviziis. **Presidente:** Ariel Yanitchkis Couto **Secretário:** Thiago Teixeira Tristão. São Paulo (SP), 24/04/2024. **Diretores:** Ariel Yanitchkis Couto, Thiago Teixeira Tristão, Paulo Mauricio Fernandes Loureiro, Thomaz Tescaro, Elaine Patricia Bimbato, Luciana Lopardo Alves Diviziis. JUCESP nº 260.602/24-3 em 03/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/07/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

